

HABEAS CORPUS Nº 492.276 - CE (2019/0036041-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : JEFFERSON VASCONCELOS FREITAS
ADVOGADO : JEFFERSON VASCONCELOS FREITAS - CE032713
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : SAMUEL GOMES DE ANDRADE (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de SAMUEL GOMES DE ANDRADE apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (HC n. 0632035-92.2018.8.06.0000).

Colhe-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 6/6/2018, custódia essa convertida em prisão preventiva, pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

Segundo consta da decisão de primeiro grau, "*a polícia realizava rondas quando percebeu atitude suspeita do autuado e de seu comparsa, sendo já o autuado pessoa conhecida pelo tráfico de drogas. No momento da abordagem, o autuado teria fugido e deixado ao chão 32 pelotes de crack, apreendidos pela polícia conforme auto de apreensão*" (e-STJ fl. 65).

Irresignada, a defesa impetrou prévio writ perante o Tribunal de origem pugnando pela revogação da prisão preventiva do paciente. No entanto, foi denegada a ordem (e-STJ fls. 129/138).

Neste writ, o impetrante sustenta que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal, em função de alegado excesso de prazo para a formação da culpa.

Aduz que, "*ainda que o paciente tenha empreendido fuga da cadeia pública de Morrinhos, tal fato não foi óbice para a lentidão processual e tampouco incorreu em culpa para o excesso de prazo, pois o expediente de citação somente foi confeccionado e expedido em 17 de setembro de 2018, ou seja após a recaptura do paciente. Ademais, o pedido de transferência do paciente em nada atrasou a marcha processual, pois o mesmo foi transferido, contra sua vontade, para outra Cadeia fora da Comarca, de modo que o pedido efetuado pela defesa buscava o retorno do mesmo a*

Morrinhos, o que imprimiria celeridade processual, pois se tornaria desnecessária a expedição de carta precatória" (e-STJ fl. 4).

Assevera, por fim, que, "considerando que o paciente é primário, a prisão preventiva se mostra incompatível e com extrema severidade a um réu que no máximo será condenado em regime semi-aberto, de modo que outras cautelares poderiam assegurar a aplicação da lei penal e garantia da ordem pública, sem prejuízo da liberdade do paciente" (e-STJ fl. 6).

Requer, liminarmente, a concessão da liberdade ao paciente. No mérito, pugna pela cassação do decreto prisional ou pela substituição da prisão preventiva por medidas cautelares.

É, em síntese, o relatório.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Isso porque, ao decretar a prisão preventiva, o Juízo singular consignou que *"recentemente o autuado já fora denunciado na ação penal n. 8391-73.2018.8.06.0129, em trâmite nesta comarca, por idêntico crime"* (e-STJ fl. 66), o que indica, ao menos ao que se tem deste juízo perfunctório dos autos, que a prisão estaria devidamente fundamentada na necessidade de acautelar a ordem pública, em razão do fundado receio de reiteração delitiva.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

